



Editorial

UNIDAD DE ANÁLISIS POLÍTICO Y SEGURIDAD CORPORATIVA

ANÁLISE DE SITUAÇÃO

GLOBAL

L'ONU face à une crise de confiance : peut-elle encore gérer les conflits mondiaux ?

REGIONAL

Venezuela et États-Unis : de la confrontation à une nouvelle relation stratégique ?

LOCAL

Stratégies offensives et stratégies de paix face au crime organisé en Colombie : une approche fondée sur la théorie et l'expérience historique

A ONU diante de uma crise de confiança: ainda pode administrar os conflitos globais?

Nos últimos anos, a Organização das Nações Unidas (ONU) tem enfrentado uma crescente crise de confiança por parte de diferentes países quanto à sua capacidade de cumprir seus principais propósitos: manter a paz e a segurança internacionais, contribuir para a gestão dos conflitos e zelar pela proteção dos direitos humanos. Essa crise se intensificou desde 2014, após a anexação russa da Crimeia, e se aprofundou em 2022 com a invasão em grande escala da Ucrânia pela Rússia, dando origem a uma guerra que continua colocando os dois países em confronto.

Da mesma forma, a organização tem sido alvo de críticas pelas limitações de sua atuação diante das violações dos direitos humanos no conflito entre Israel e Palestina, no qual civis, incluindo crianças e mulheres, perderam a vida em consequência das ações das partes em confronto. A esses cenários somam-se outros conflitos na África e no Oriente Médio, como os do Sudão, da Etiópia e da República

Democrática do Congo, além da guerra no Iêmen e da crise de Mianmar, que evidenciaram as dificuldades desse organismo internacional para evitar a escalada da violência, proteger a população civil e alcançar soluções políticas duradouras.

Esses cenários de gestão da segurança internacional dizem respeito diretamente às responsabilidades do Conselho de Segurança das Nações Unidas. É justamente no âmbito desse órgão que surgem alguns dos principais desafios que dificultam a adoção de medidas concretas para contribuir para a redução da escalada dos conflitos e para a manutenção da paz e da segurança internacionais. Isso se deve, em parte, ao fato de que, desde sua criação, o Conselho de Segurança mantém uma estrutura de poder que reflete dinâmicas hegemônicas e coloniais, na qual cinco grandes potências — Estados Unidos, Rússia, China, França e Reino Unido — ocupam uma posição privilegiada em relação aos demais Estados-membros.

Em particular, essas cinco nações dispõem do direito de veto, por meio do qual o voto contrário de qualquer uma delas pode impedir a aprovação de um projeto de resolução substantivo, mesmo quando este conta com o apoio da maioria dos demais membros do Conselho. Nesse sentido, o veto tornou-se um instrumento de poder político que permite aos membros permanentes proteger seus interesses estratégicos e condicionar a capacidade de resposta da organização diante de determinadas crises internacionais (Akram, 2024).

Em relação a um dos conflitos de maior repercussão internacional, o de Israel e Palestina, foram apresentados diversos vetos a projetos de resolução do Conselho de Segurança que buscavam estabelecer pausas humanitárias ou um cessar-fogo em Gaza e promover uma solução política baseada na coexistência de dois Estados, um israelense e outro palestino. Nesse contexto, os Estados Unidos têm sido um dos principais atores no bloqueio desse tipo de iniciativa por meio do exercício de seu direito de veto, em consonância com suas posições políticas e alianças estratégicas com Israel. Essa atuação dificultou a aprovação de determinadas medidas destinadas a interromper as hostilidades e limitou a capacidade de resposta do Conselho de Segurança diante da crise humanitária em Gaza, bem como os esforços para avançar rumo a uma solução política duradoura para o conflito.

Exemplos dessa situação podem ser encontrados em diversas votações do Conselho de Segurança. Em 18 de outubro de 2023, os Estados Unidos vetaram um projeto de resolução que buscava estabelecer pausas humanitárias no conflito, apesar do apoio de 12 dos 15 membros do Conselho (United Nations, 2023a). Da mesma forma, em 27 de outubro daquele ano, 120 dos 193 Estados-membros da Assembleia Geral votaram a favor de uma resolução que solicitava uma trégua humanitária imediata, duradoura e sustentada em Gaza.

Posteriormente, diante da gravidade da situação, o secretário-geral das Nações Unidas invocou o artigo 99 da Carta da ONU para chamar a atenção do Conselho de Segurança para a ameaça que o conflito representava à paz e à segurança internacionais e promover a adoção de medidas urgentes. No entanto, em 8 de dezembro de 2023, os Estados Unidos voltaram a exercer seu direito de veto para bloquear um projeto de resolução que exigia um cessar-fogo humanitário imediato em Gaza, apesar do apoio de 13 dos 15 membros do Conselho (United Nations, 2023b). Esses acontecimentos ilustram como as posições políticas e as alianças estratégicas dos membros permanentes, particularmente as dos Estados Unidos em relação a Israel, podem limitar a capacidade de resposta do Conselho de Segurança diante dos conflitos internacionais.

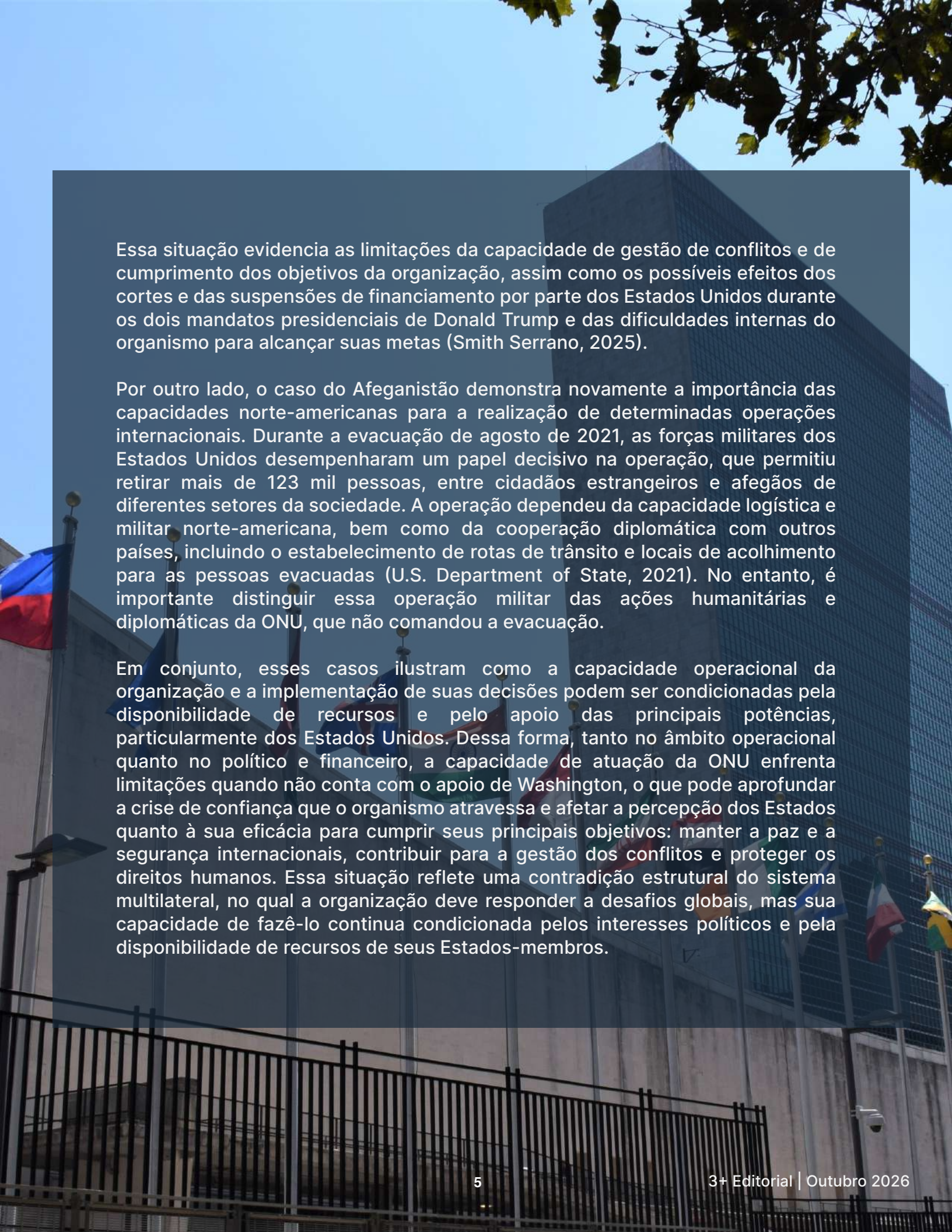
Outro aspecto determinante para analisar o funcionamento da Organização das Nações Unidas é sua capacidade de manter sua estrutura e garantir seu financiamento. Nesse âmbito, os Estados Unidos voltam a ocupar um lugar central, pois historicamente têm sido um dos principais financiadores da organização e um ator estratégico para seu funcionamento. No entanto, durante as administrações de Donald Trump, as relações entre as duas partes se deterioraram, especialmente em razão das decisões de seu governo de reduzir ou suspender contribuições financeiras e retirar o apoio a diferentes organismos do sistema das Nações Unidas. Essas medidas ficaram evidentes durante seu primeiro mandato, entre 2017 e 2021, e se intensificaram após seu retorno à Presidência em 2025. Essa situação agravou as dificuldades financeiras da organização e evidenciou sua dependência das contribuições dos Estados Unidos e de outros Estados-membros (Smith Serrano, 2025).

Mais especificamente, as maiores reduções do financiamento norte-americano à Organização das

Nações Unidas ocorreram durante o segundo mandato presidencial de Donald Trump. Segundo Smith Serrano (2025), os Estados Unidos reduziram em 22% sua contribuição à ONU, enquanto os recursos destinados às missões de manutenção da paz diminuíram 67%. Por sua vez, o financiamento destinado às agências, aos programas e aos fundos do sistema das Nações Unidas foi reduzido em 34%, enquanto os recursos voltados ao desenvolvimento diminuíram 43%. Essas reduções evidenciam a dimensão da retração do apoio financeiro norte-americano e permitem avaliar suas possíveis repercussões sobre a capacidade da organização de manter suas operações e cumprir seus principais objetivos.

Além disso, deve-se destacar que, desde 2021, ano em que foi realizada a evacuação de pessoal civil, diplomático e político, nacional e internacional, do Afeganistão, a ONU não obteve avanços significativos em vários dos conflitos considerados prioritários desde então, como os do Sudão, da Etiópia, de Mianmar e do Iêmen, entre outros.





Essa situação evidencia as limitações da capacidade de gestão de conflitos e de cumprimento dos objetivos da organização, assim como os possíveis efeitos dos cortes e das suspensões de financiamento por parte dos Estados Unidos durante os dois mandatos presidenciais de Donald Trump e das dificuldades internas do organismo para alcançar suas metas (Smith Serrano, 2025).

Por outro lado, o caso do Afeganistão demonstra novamente a importância das capacidades norte-americanas para a realização de determinadas operações internacionais. Durante a evacuação de agosto de 2021, as forças militares dos Estados Unidos desempenharam um papel decisivo na operação, que permitiu retirar mais de 123 mil pessoas, entre cidadãos estrangeiros e afegãos de diferentes setores da sociedade. A operação dependeu da capacidade logística e militar norte-americana, bem como da cooperação diplomática com outros países, incluindo o estabelecimento de rotas de trânsito e locais de acolhimento para as pessoas evacuadas (U.S. Department of State, 2021). No entanto, é importante distinguir essa operação militar das ações humanitárias e diplomáticas da ONU, que não comandou a evacuação.

Em conjunto, esses casos ilustram como a capacidade operacional da organização e a implementação de suas decisões podem ser condicionadas pela disponibilidade de recursos e pelo apoio das principais potências, particularmente dos Estados Unidos. Dessa forma, tanto no âmbito operacional quanto no político e financeiro, a capacidade de atuação da ONU enfrenta limitações quando não conta com o apoio de Washington, o que pode aprofundar a crise de confiança que o organismo atravessa e afetar a percepção dos Estados quanto à sua eficácia para cumprir seus principais objetivos: manter a paz e a segurança internacionais, contribuir para a gestão dos conflitos e proteger os direitos humanos. Essa situação reflete uma contradição estrutural do sistema multilateral, no qual a organização deve responder a desafios globais, mas sua capacidade de fazê-lo continua condicionada pelos interesses políticos e pela disponibilidade de recursos de seus Estados-membros.

Venezuela e Estados Unidos: do confronto a uma nova relação estratégica?

As relações entre os Estados Unidos e a Venezuela deterioraram-se progressivamente durante os governos de Hugo Chávez e Nicolás Maduro, em meio a tensões políticas crescentes e questionamentos sobre a situação democrática do país sul-americano. Embora Chávez tenha chegado à Presidência por meio de eleições e desenvolvido programas sociais que contribuíram para melhorar alguns indicadores de bem-estar, seu mandato também foi marcado pela concentração de poder no Executivo e por preocupações relacionadas à proteção dos direitos humanos..

Após sua morte, em 2013, Maduro assumiu a Presidência em um contexto de polarização política e questionamentos sobre a transparência eleitoral. Durante seu governo, as tensões se aprofundaram em razão da repressão a manifestações, das restrições à oposição e dos conflitos entre o Executivo e as instituições legislativas. Esses acontecimentos contribuíram para a deterioração institucional da Venezuela e para o aumento das divergências políticas com Washington (Congressional Research Service, 2024).

Além disso, durante o governo de Maduro, tornaram-se mais visíveis as denúncias de violações dos direitos humanos e as restrições às liberdades políticas na Venezuela, o que gerou crescente preocupação e reprovação por parte de diversos Estados e organismos internacionais, entre eles as Nações Unidas e os Estados Unidos. Da mesma forma, a deterioração das relações bilaterais estendeu-se às áreas econômica e energética. Em agosto de 2017, durante a primeira administração de Donald Trump, os Estados Unidos impuseram restrições financeiras relacionadas ao setor petrolífero venezuelano e, posteriormente, em janeiro de 2019, ampliaram as sanções ao incluir a Petróleos de Venezuela S. A. (PDVSA) em sua lista de entidades sancionadas. Após um período de transição de 90 dias, as refinarias norte-americanas deixaram de importar petróleo bruto venezuelano, o que dificultou as exportações petrolíferas do país e aprofundou as tensões econômicas entre os dois governos (Congressional Research Service, 2024).

Em razão do exposto, as relações entre os dois países também foram marcadas por confrontos na mídia e declarações hostis entre seus respectivos governantes, que se acusaram mutuamente de promover ações criminosas. Essas tensões estiveram presentes tanto durante o governo de Hugo Chávez quanto no de Nicolás Maduro. Um exemplo emblemático foi o discurso proferido por Chávez perante a Assembleia Geral das Nações Unidas em 20 de setembro

de 2006, no qual se referiu de forma depreciativa ao então presidente norte-americano George W. Bush, a quem chamou de imperialista e acusou de promover políticas de dominação global, chegando a compará-lo ao diabo e ao mal (CNN, 2013). Anos depois, Maduro acusou o presidente Donald Trump de financiar uma conspiração fascista contra a Venezuela (EFE, 2026). Por sua vez, Trump classificou publicamente Maduro como criminoso e o associou ao narcotráfico, acusando-o de liderar uma organização dedicada a essas atividades durante sua permanência no poder (Cuentas Claras Digital ORG, 2025).

Ainda assim, as relações entre Washington e Caracas experimentaram uma aproximação limitada durante a administração de Joe Biden, entre 2021 e 2025, que buscou combinar pressão econômica com negociação diplomática. Essa mudança ficou evidente em 2022, quando os Estados Unidos autorizaram a Chevron a retomar determinadas operações petrolíferas na Venezuela, e se aprofundou em 2023, com a flexibilização temporária das sanções após a assinatura do Acordo de Barbados entre o governo de Nicolás Maduro e a oposição. Naquele mesmo ano, os dois países também chegaram a um acordo para trocar detidos. No entanto, a aproximação estava condicionada ao cumprimento de compromissos políticos e eleitorais, razão pela qual Washington voltou a endurecer sua posição diante dos descumprimentos denunciados pelo governo norte-americano (Congressional Research Service, 2024).



O ponto de inflexão ocorreu em janeiro de 2026, quando, após um ano de seu segundo mandato presidencial não consecutivo, Donald Trump ordenou uma operação militar na Venezuela. Depois de advertir em diferentes ocasiões que Nicolás Maduro era um criminoso internacional, o presidente norte-americano anunciou sua captura em 3 de janeiro de 2026. Durante a operação, denominada “Resolução Absoluta”, tropas norte-americanas entraram em território venezuelano e capturaram Maduro e sua esposa, Cilia Flores, transferindo-os posteriormente para Nova York, mais especificamente para o Centro de Detenção Metropolitano do Brooklyn. Ambos

deveriam comparecer perante um tribunal federal de Manhattan para responder a acusações relacionadas a conspiração para importar cocaína, narcoterrorismo, posse de metralhadoras e dispositivos destrutivos e conspiração para possuir esse armamento (Caracol Radio, 2026).

Após a captura de Nicolás Maduro e sua apresentação perante um tribunal federal em Manhattan, a Venezuela passou a ser governada interinamente por Delcy Rodríguez, que até então ocupava o cargo de vice-presidente do país. Em 5 de janeiro de 2026, diante da ausência de Maduro, o Tribunal Supremo de Justiça da Venezuela determinou que Rodríguez assumisse a Presidência interina, cargo que exerce desde então e que, previsivelmente, manterá até que uma nova solução institucional seja definida por meio da realização de eleições (BBC, 2026).

Esse acontecimento, juntamente com a operação militar norte-americana denominada “Resolução Absoluta”, marcou um ponto de inflexão nas relações entre Washington e Caracas, assim como na relação da Venezuela com organismos internacionais como as Nações Unidas. Essa reconfiguração teve um de seus principais cenários entre agosto e setembro de 2026, período em que ocorreram diversos encontros multilaterais e reuniões bilaterais com os Estados Unidos, além de terem sido firmados acordos entre o governo venezuelano e outros atores.

Em agosto, foi anunciado um acordo petrolífero entre os governos venezuelano e norte-americano, por meio do qual Washington assegurou o controle majoritário sobre mais de 65 bilhões de barris de reservas provadas, segundo informações publicadas pela Casa Branca (The White House, 2026). Posteriormente, em 22 de setembro, Delcy Rodríguez participou da Assembleia Geral das Nações Unidas, onde proferiu o discurso oficial da Venezuela perante os representantes dos Estados-membros, sinalizando uma reaproximação com o organismo multilateral (Reuters Connect, 2026). Por fim, em 23 de setembro, Rodríguez reuniu-se com o presidente Donald Trump. Também participaram do encontro o secretário de Estado, Marco Rubio, o secretário do Tesouro, Scott Bessent, e outros altos funcionários norte-americanos. (Cohen & Párraga, 2026).

Em síntese, esses antecedentes, que abrangem mais de 20 anos até o período mais recente de 2026, permitem observar como as relações entre os Estados Unidos e a Venezuela evoluíram de um confronto político e diplomático para a imposição de sanções econômicas, uma intervenção militar norte-americana e, posteriormente, a assinatura de acordos petrolíferos e a retomada de reuniões de alto nível. Esses acontecimentos marcaram um ponto de inflexão nos vínculos bilaterais e deram lugar a uma nova relação estratégica, caracterizada por interesses transacionais, maior cooperação bilateral e uma aproximação política que teria sido impensável antes da captura de Maduro.



Estratégias ofensivas e de paz diante do crime organizado na Colômbia: uma abordagem a partir da teoria e da experiência histórica

Ao longo da história internacional e colombiana, foram utilizados diferentes métodos para enfrentar e tentar erradicar o crime organizado e as estruturas armadas, desde políticas de confronto direto e fortalecimento das capacidades militares e policiais até estratégias baseadas no diálogo, na negociação e na construção da paz.

No caso da Colômbia, com o recém-empossado presidente Abelardo De La Espriella, foi retomada uma abordagem de confronto direto contra as estruturas criminosas, caracterizada por uma política mais firme e pelo maior emprego das capacidades militares e policiais. Essa abordagem contrasta com a orientação adotada durante o governo de Gustavo Petro, entre 2022 e agosto de 2026, período em que a política de segurança foi acompanhada pela

chamada Paz Total e pela busca de mecanismos de diálogo e negociação com diferentes atores armados, embora isso não tenha implicado o abandono completo das operações da Força Pública.

Uma orientação semelhante, voltada ao diálogo e à negociação, foi adotada durante o governo de Juan Manuel Santos, entre 2010 e 2018, período em que se alcançou uma das principais aproximações para negociar com grupos armados, particularmente com as FARC-EP. O processo culminou na assinatura do Acordo Final de Paz, em 2016. Nesse sentido, o atual cenário de segurança apresenta mais semelhanças com o governo de Álvaro Uribe Vélez, que exerceu a Presidência entre 2002 e 2010 e desenvolveu a Política de Segurança Democrática, baseada no fortalecimento da Força Pública e em uma estratégia de confronto com as estruturas armadas ilegais.



A respeito das diferentes formas de abordar a política de segurança de um país, a teoria política desenvolveu diversas perspectivas sobre seu funcionamento, desenvolvimento e resultados. Nesta análise, essas abordagens serão examinadas por meio da comparação entre os governos de Álvaro Uribe Vélez, Juan Manuel Santos e Gustavo Petro, com base em indicadores estatísticos relacionados à violência, ao conflito armado e à segurança. Busca-se, assim, determinar a efetividade das estratégias de confronto direto, diálogo, negociação e construção da paz para reduzir as capacidades das estruturas armadas e criminosas, identificar seus principais resultados, benefícios e limitações e estabelecer elementos que permitam avaliar a abordagem de segurança implementada pelo governo de Abelardo De La Espriella diante do objetivo de combater o crime organizado na Colômbia.

Para analisar o impacto das políticas de segurança implementadas por esses governos, é necessário considerar diferentes variáveis que permitam comparar seus resultados. Entre os principais indicadores estão o número de integrantes das

organizações criminosas e armadas, especialmente daquelas com maior reconhecimento e trajetória no país, como as FARC-EP e suas diferentes dissidências; a evolução do narcotráfico de cocaína, considerado uma das principais fontes de financiamento das organizações ilegais no país; e o número de homicídios registrados durante cada período de governo. A análise conjunta dessas variáveis permitirá estabelecer uma aproximação do impacto das diferentes estratégias de segurança implementadas na Colômbia.

Começando pela taxa de homicídios, uma análise histórica mostra que, durante os dois mandatos presidenciais de Álvaro Uribe, entre 2002 e 2010, houve reduções consecutivas no número de homicídios entre 2003 e 2010. Nesse período, sob a Política de Segurança Democrática e por meio de uma estratégia de confronto direto liderada principalmente pelas Forças Militares e pela Polícia, os homicídios diminuíram 14,08% entre 2003 e 2004, 10,38% entre 2004 e 2005, 3,48% entre 2005 e 2006, 1,60% entre 2006 e 2007, 6,15% entre 2007 e 2008, 1,98% entre 2008 e 2009 e 5,08% entre 2009 e 2010. Essas reduções fizeram com que o número passasse de 23.523 homicídios registrados na Colômbia em 2003 para 15.013 em 2010, o que representa uma diminuição de 8.510 casos no período analisado, equivalente a uma redução de 36,18% (Gutiérrez Restrepo, 2025).

Cabe ressaltar que, embora os homicídios tenham diminuído progressivamente nesses anos, os números absolutos continuaram elevados em comparação com outros períodos de governo analisados. Ainda assim, esses resultados devem ser interpretados considerando o contexto de segurança existente durante a primeira década dos anos 2000, caracterizado pela alta intensidade do conflito armado interno colombiano e pela presença e atividade de diferentes No governo de Juan Manuel Santos, o total de homicídios registrados durante seus dois mandatos presidenciais apresentou um comportamento misto, caracterizado por períodos de aumento e de redução, embora as reduções tenham predominado durante a maior parte de sua administração. Entre 2010 e 2011 houve aumento de 5,26% nos homicídios, seguido de alta de 1,45% entre 2011 e 2012. Posteriormente, entre 2012 e 2013, registrou-se uma redução de 6,62%, enquanto entre 2013 e 2014 houve queda de 13,45%. Da mesma forma, entre 2014 e 2015 os homicídios diminuíram 3,84%, e entre 2015 e 2016 houve uma redução adicional de 2,38%. Entre 2016 e 2017, a queda foi marginal, de 0,75%, enquanto entre 2017 e 2018, último ano de seu governo, houve novamente um aumento de 4,89 %.

Esse comportamento misto, marcado por aumentos e diminuições percentuais ao longo do período, resultou em uma redução do número total de homicídios, de 15.803 casos no primeiro ano completo do governo Santos para 12.667 em 2018. Isso representa uma diminuição de 3.136 casos no período analisado, equivalente a uma redução de 19,85% (Ministerio de Justicia de Colombia, 2026).

Quanto ao governo de Gustavo Petro, durante seu único mandato presidencial, entre 2022 e parte de 2026, observa-se um comportamento misto no número de homicídios registrados no país. Entre 2022 e 2023 houve aumento de 0,14%, enquanto entre 2023 e 2024 foi registrada uma queda de 0,44% no total de homicídios. Posteriormente, entre 2024 e 2025, houve novamente um aumento de 4,01%. Para 2026, só é possível analisar os primeiros sete meses do ano, pois esses são os dados mais atualizados disponíveis em fontes abertas. Nesse período, em comparação com os mesmos meses de 2025, registrou-se um aumento de 29,03% (Policía Nacional de Colombia, 2026). Em termos agregados, ao comparar o primeiro e o último ano completo do período de governo analisado, observa-se um aumento de 501 homicídios no país, passando de 13.536 casos em 2022 para 14.037 em 2025, o que representa um crescimento de 3,70% entre os dois anos.

Com base nesses resultados, pode-se concluir que o governo de Álvaro Uribe apresentou o maior avanço proporcional, absoluto e percentual na redução dos homicídios, ao comparar o primeiro e o último ano completo de sua administração. Além disso, foi o único em que os homicídios diminuíram consecutivamente em cada ano do mandato presidencial.



Em contraste, Gustavo Petro foi o único dos três governos que registrou aumento no número de homicídios ao se comparar o primeiro e o último ano completo de sua administração. Esse resultado ocorreu no contexto de uma política de segurança acompanhada majoritariamente por estratégias de diálogo, negociação e busca de processos de paz. Por sua vez, o governo de Juan Manuel Santos terminou com o menor número absoluto de homicídios entre os três governos, na comparação entre o primeiro e o último ano completo de sua administração, no contexto de uma política de segurança que combinou ofensivas militares com processos de paz.

Embora o número de homicídios seja um indicador central para identificar mudanças nas condições de segurança e no nível de exposição da população à violência letal, seu comportamento deve ser analisado em conjunto com os demais indicadores para determinar o impacto específico das políticas de segurança sobre o crime organizado. Em particular, o número de homicídios não permite medir diretamente a dimensão das economias ilícitas que sustentam as organizações criminosas. A análise dessas economias é relevante para determinar se uma estratégia de segurança afeta as causas estruturais que permitem a reprodução dessas organizações, em vez de se concentrar apenas na redução de alguns de seus principais sintomas, como a violência homicida (Brombacher, 2012).

Por esse motivo, é necessário analisar as apreensões de cloridrato de cocaína. Durante os dois mandatos presidenciais de Álvaro Uribe, entre 2002 e 2010, foram apreendidos 1.346.679,78 kg de cloridrato de cocaína.

Já durante os dois mandatos de Juan Manuel Santos, entre 2010 e 2018, as apreensões totalizaram 2.275.128,76 kg. Por fim, durante os quatro anos de governo de Gustavo Petro, as apreensões somaram 3.674.684,74 kg, tornando esse o período, entre os três governos analisados, com o maior volume absoluto de cloridrato de cocaína apreendido (Observatorio de Drogas de Colombia, 2026).

No entanto, esses dados devem ser analisados proporcionalmente à área destinada ao cultivo de coca, pois uma maior extensão de plantações pode gerar maior disponibilidade de matéria-prima para a produção de cocaína e, consequentemente, influenciar o volume potencial de apreensões. Nesse sentido, durante os dois mandatos presidenciais de Álvaro Uribe, foram registradas, no total acumulado, 742.061 hectares de cultivos de coca, enquanto durante os dois mandatos de Juan Manuel Santos foram registrados 873.423 hectares (UNODC, s. f.).

No caso de Gustavo Petro, as fontes oficiais disponíveis para esta análise permitem considerar apenas os anos de 2022, 2023 e 2024, durante os quais foi registrado um total acumulado de 744.027,62 hectares de cultivos de coca (UNODC, 2024). Isso significa que, em apenas três anos, a área acumulada de cultivos de coca registrada durante o governo Petro superou a registrada nos oito anos do governo Uribe. Portanto, o maior volume absoluto de

apreensões registrado durante o governo Petro deve ser interpretado levando-se em conta também a maior área de cultivos de coca registrada no período analisado, em vez de utilizar as apreensões absolutas como único indicador de efetividade.

Além disso, segundo a teoria política e a análise das economias ilícitas, as apreensões realizadas nos países produtores de drogas não representam necessariamente um impacto econômico significativo para as organizações criminosas, pois, nessa etapa da cadeia de valor, o preço da substância é relativamente baixo. Nesse sentido, o impacto econômico seria maior quando a droga fosse apreendida após chegar ao destino final, uma vez que seu valor teria aumentado em razão dos custos associados à produção, ao transporte e à comercialização (Brombacher, 2010).

Por outro lado, um indicador que permite estimar o possível impacto econômico e estrutural sobre as organizações criminosas é a quantidade de pessoas que integram suas fileiras. Uma redução no número de integrantes poderia indicar menor capacidade econômica para manter essas pessoas nas estruturas e, ao mesmo tempo, evidenciar uma diminuição de sua capacidade humana e operacional. Assim, analisar a evolução do número de integrantes permite determinar em que medida as políticas de segurança implementadas durante cada governo podem ter afetado as estruturas militares dessas organizações.



Fuente: Noticias UNAL

Em 2002, ano em que Álvaro Uribe Vélez assumiu a Presidência da República, estimava-se que as FARC-EP contavam com 20.766 integrantes. Em 2010, ao final de seus dois mandatos presidenciais, esse número havia caído para aproximadamente 9 mil integrantes, o que representa uma diminuição de 56,67%, equivalente a 11.766 pessoas a menos nas fileiras dessa organização criminosa (Noticias RCN, 2014).

Quanto ao governo de Juan Manuel Santos, o país foi recebido com aproximadamente 9 mil integrantes nas fileiras das FARC-EP. No entanto, após o processo de paz conduzido entre seu governo e as FARC-EP, o número caiu para aproximadamente 4.857 integrantes em 2018, o que representa uma diminuição de 46,03% e uma redução absoluta de 4.143 integrantes entre o primeiro ano de sua Presidência e o último ano de governo (Noticias RCN, 2022).

Por sua vez, durante o governo de Gustavo Petro, as principais dissidências das FARC-EP, como o Estado-Maior Central (EMC) e a Coordinadora Nacional Ejército Bolivariano (CNEB), passaram de aproximadamente 2.144 e 1.134 integrantes em 2022 para 4.480 e 2.359 em 2026, respectivamente, o que representa aumentos de 109% e 108%. Esse comportamento ocorreu sob uma política orientada principalmente ao diálogo e à negociação, no âmbito da Paz Total. Além disso, o conjunto das organizações armadas ilegais aumentou 90%, passando de 15.120 integrantes em 2022 para 28.802 em julho de 2026 (Fundación Ideas para la Paz, 2026), embora esse último dado não seja comparável aos dos outros dois governos e, por isso, não será considerado.



Nesse ponto, pode-se concluir que, em termos de redução do número de integrantes das FARC-EP e de suas dissidências posteriores, o governo de Álvaro Uribe registrou a maior diminuição, tanto absoluta quanto percentual. Embora o número final de integrantes registrado durante seu governo tenha sido superior ao observado posteriormente entre as dissidências nos outros governos comparados, a comparação deve considerar as condições iniciais de cada período e, particularmente, a magnitude da redução alcançada em relação à situação encontrada por cada governo. Nesse sentido, os resultados permitem considerar que a estratégia implementada durante o governo Uribe produziu uma redução maior, tanto em termos absolutos quanto percentuais, no tamanho dessa estrutura.

Com base no exposto, observa-se que o governo cuja política de segurança

apresenta maiores semelhanças com a do atual presidente Abelardo De La Espriella também foi aquele que obteve as maiores reduções, absolutas e percentuais, no número de integrantes das FARC-EP, que constituíam a organização armada de maior capacidade naquele período. Além disso, foi o governo que registrou a maior redução absoluta e percentual nos homicídios, indicador que pode ser entendido como manifestação das dinâmicas de violência associadas ao conflito e à atividade das organizações criminosas. Nesse sentido, em uma perspectiva prospectiva, poderia ser considerado um cenário no qual o governo de De La Espriella apresentasse resultados semelhantes, tendo em vista que adotou uma política de segurança com elementos comparáveis, caracterizada por maior capacidade operacional e emprego mais intensivo das Forças Militares e da Polícia na condução da política de segurança e defesa.

No entanto, também deve ser ressaltado que, na teoria política, esse método ofensivo de combate ao crime organizado costuma ser analisado com cautela quanto à sua capacidade de erradicá-lo por completo. Se a origem estrutural do problema e as bases que permitem a reprodução dessas organizações não forem enfrentadas, pode-se entrar em um ciclo vicioso de “cortar as cabeças de uma hidra de mil cabeças”; isto é, realizar ações que, embora causem impactos sobre as organizações criminosas, não necessariamente levam à sua eliminação, podendo afetar apenas uma fração da estrutura ou algum de seus líderes (Brombacher, 2012).

Da mesma forma, a teoria política costuma destacar o conceito de reação positiva da violência, segundo o qual, em determinados cenários — entre eles, o combate ao crime organizado —, a violência pode gerar níveis ainda maiores de violência (Lessing, 2011). Nesse sentido, uma política baseada na mão dura e no confronto direto parte do uso da violência como principal mecanismo, o que pode provocar reações violentas dos grupos armados contra o governo. Por sua vez, essas organizações podem recorrer à chamada violência comunicativa, por meio da qual buscam dar visibilidade midiática a seus atos de terror e violência com o objetivo de gerar medo na população e, a partir disso, exercer pressão política sobre o governo quanto à forma como administra o conflito e a segurança (Bailey & Taylor, 2009).

Em vez disso, para derrotar esse “monstro de mil cabeças” e fazê-lo desaparecer, é necessário que as organizações criminosas fiquem sem recursos financeiros e bens, que os cultivos ilícitos desapareçam, que a Justiça seja respeitada e que os níveis de corrupção sejam reduzidos (Buitrago Arias, 2021). Nesse sentido, uma política de segurança voltada ao combate ao crime organizado deve atuar tanto sobre suas manifestações e sintomas, como a violência e as capacidades operacionais de suas estruturas, quanto sobre as bases que permitem sua reprodução, particularmente as economias ilícitas que fornecem os recursos necessários para manter seus integrantes nessas organizações. Em outras palavras, o problema deve ser abordado a partir de uma perspectiva multidimensional que combine medidas coercitivas e operacionais com uma análise das condições sociais, econômicas e institucionais que permitem a reprodução do crime organizado..



Equipe de Análise

UNIDAD DE ANÁLISIS POLÍTICO Y SEGURIDAD
CORPORATIVA



Mateo Pineda
Consultor UAPSC

REFERÊNCIAS

Arias, G., Tobo C., P., & Flórez, J. (2026, 6 de agosto). El costo de negociar mal: 29.000 integrantes de grupos armados entre disputas y gobernanzas criminales. Fundación Ideas para la Paz. <https://ideaspaz.org/publicaciones/investigaciones-analisis/2026-08/el-coste-de-negociar-mal-29-mil-integrantes-de-grupos-armados-entre-disputas-y-gobernanzas-criminales>

Bailey, J., & Taylor, M. M. (2009). Evade, corrupt, or confront? Organized crime and the state in Brazil and Mexico. *Journal of Politics in Latin America*, 1(2), 3–22. <https://doi.org/10.1177/1866802X0900100201>

Buitrago Arias, J. C. (2021, 12 de noviembre). ¿Podremos derrotar la hidra de Lerna? Las2Orillas. <https://www.las2orillas.co/podremos-derrotar-la-hidra-de-lerna>

Brombacher, D. (2010). El control de la oferta en la lucha antidrogas, ¿a quién le sirve? Friedrich-Ebert-Stiftung. Friedrich-Ebert-Stiftung

Brombacher, D. (2012). This is what you get: Mercados ilegales y violencia en América Latina. Friedrich-Ebert-Stiftung. Friedrich-Ebert-Stiftung

Noticias RCN. (2022, 4 de abril). Así están distribuidas las disidencias Farc y el ELN en el territorio colombiano. <https://www.noticiasrcn.com/colombia/asi-estan-distribuidas-las-disidencias-farc-y-el-eln-en-el-territorio-colombiano-414859>

Noticias RCN. (2014, 10 de abril). Las Farc se redujeron a 6.672 hombres: autoridades. <https://www.noticiasrcn.com/colombia/las-farc-se-redujeron-a-6-672-hombres-autoridades-161211>

Akram, S. M. (2024, 22 de enero). Los fracasos de la ONU en el conflicto Israel-Palestina. Open Global Rights. <https://www.openglobalrights.org/failures-un-israel-palestine-conflict/?lang=Spanish>

Observatorio de Drogas de Colombia. (2026). Incautaciones. Ministerio de Justicia y del Derecho. <https://reports.odc.gov.co/Reportes/Incautaciones>

Oficina de las Naciones Unidas contra la Droga y el Delito (UNODC). (2022). Colombia: Monitoreo de los territorios con presencia de cultivos de coca 2022. UNODC

Oficina de las Naciones Unidas contra la Droga y el Delito (UNODC). (2026). Monitoreo de territorios con presencia de cultivos de coca 2024. UNODC – Informe de monitoreo 2024

Lessing, B. (2011). Tres mitos sobre la guerra contra el narcotráfico. Chicago Project on Security and Threats, University of Chicago. https://cpost.uchicago.edu/publications/tres_mitos_sobre_la_guerra_contra_el_narcotrafico

United Nations. (2023, 18 de octubre). Security Council fails to adopt resolution calling for humanitarian pauses in Israel-Gaza crisis on account of veto by United States. <https://press.un.org/en/2023/sc15450.doc.htm>

United Nations. (2023, 8 de diciembre). Security Council fails to adopt resolution demanding immediate humanitarian ceasefire in Gaza on account of veto by United States. <https://press.un.org/en/2023/sc15519.doc.htm>

U.S. Department of State. (2021, 30 de agosto). Secretary of Antony J. Blinken remarks on Afghanistan. <https://2021-2025.state.gov/secretary-of-antony-j-blinken-remarks-on-afghanistan/>

Smith Serrano, A. (2025). Las Naciones Unidas ante los retos del siglo XXI. *Revista de Estudios en Seguridad Internacional*, 11(2). <https://doi.org/10.18847/1.22.2>

Naciones Unidas. (2024, 9 de agosto). Interim report: UN Panel of Experts – Venezuelan Presidential Elections 28 July 2024. https://digitallibrary.un.org/record/4062104/files/Interim_Report_PoE_Venezuela_090824.pdf

Naciones Unidas. (2024, 20 de septiembre). Readout of the Secretary-General's phone call with H.E. Mr. Nicolás Maduro Moros, President of the Bolivarian Republic of Venezuela. <https://www.un.org/sg/en/content/sg/readouts/2024-09-20/readout-of-the-secretary-generals-phone-call-he-mr-nicolas-maduro-moros-president-of-the-bolivarian-republic-of-venezuela-scroll-down-for-spanish-version>

Naciones Unidas. (2025, 28 de agosto). Situation of human rights in the Bolivarian Republic of Venezuela: Report of the United Nations High Commissioner for Human Rights. <https://digitallibrary.un.org/record/4092617?ln=es>

Naciones Unidas. (2026, 3 de enero). Statement attributable to the Spokesperson for the Secretary-General – on Venezuela. <https://www.un.org/sg/en/content/sg/statements/2026-01-03/statement-attributable-the-spokesperson-for-the-secretary-general-venezuela>

Naciones Unidas. (2026, 5 de enero). Secretary-General's remarks to the Security Council – on Venezuela. <https://www.un.org/sg/en/content/sg/statements/2026-01-05/secretary-generals-remarks-the-security-council-venezuela>

Naciones Unidas. (2026, 23 de septiembre). [Day 2] General Debate – General Assembly: Plenary meeting, 81st session. <https://transcripts.un.org/en/asset/k1b/k1b5jwwa58?t=8%3A20%3A30>

Caracol Radio. (2026, 4 de enero). Maduro y su esposa comparecerán mañana ante un tribunal federal de Nueva York. <https://caracol.com.co/2026/01/04/maduro-y-su-esposa-compareceran-manana-ante-un-tribunal-federal-de-nueva-york/>

Desde Venezuela por Luigino Bracci Roa. (2022, 20 de febrero). Presidente Hugo Chávez en la Asamblea General de la ONU, 20 de septiembre de 2006: ¡Huele a azufre! [Video]. YouTube. <https://www.youtube.com/watch?v=4LGk1fVhY7o>

REFERÊNCIAS

EFE. (2025, 7 de agosto). Maduro acusa al Gobierno de Donald Trump de financiar una «conspiración» contra Venezuela. <https://efe.com/mundo/2025-08-07/maduro-trump-conspiracion/>

Redacción CCD. (2025, 2 de septiembre). Trump acusa a Maduro de narcotráfico: los datos contradicen la narrativa de Washington. Cuentas Claras Digital. <https://www.cuentasclarasdigital.org/2025/09/trump-acusa-a-maduro-de-narcotrafico-los-datos-contradicen-la-narrativa-de-washington/>

Gutiérrez Restrepo, J. L. (2025). La seguridad democrática en el gobierno del presidente Álvaro Uribe Vélez (2002/2010): Antecedentes históricos y efectos en la Fuerza Pública de Colombia [Tesis doctoral, Universidad Nacional de Colombia]. Repositorio Institucional Universidad Nacional de Colombia. <https://bffrepositorio.unal.edu.co/server/api/core/bitstreams/234a925f-ec2d-4e3d-b084-61d1fa066282/content>

Policía Nacional de Colombia. (2019). Revista Criminalidad, 61(3). https://www.policia.gov.co/sites/default/files/revista-criminalidad_61-3_sp.pdf

Ministerio de Justicia y del Derecho. (s. f.). Tasa de homicidios basada en reporte de homicidios de la Policía Nacional. <https://www.minjusticia.gov.co/programas-co/politica-criminal/Paginas/SIPC-Tasa-de-Homicidios-Basada-en-reporte-de-homicidios-de-la-Policia-Nacional.aspx>

Cohen, L., & Parraga, M. (2026, 22 de septiembre). Trump meets Venezuela's Rodriguez for first time since Maduro's capture. Reuters. <https://www.reuters.com/world/americas/trump-meet-venezuelas-rodriguez-first-time-since-maduros-capture-2026-09-22/>

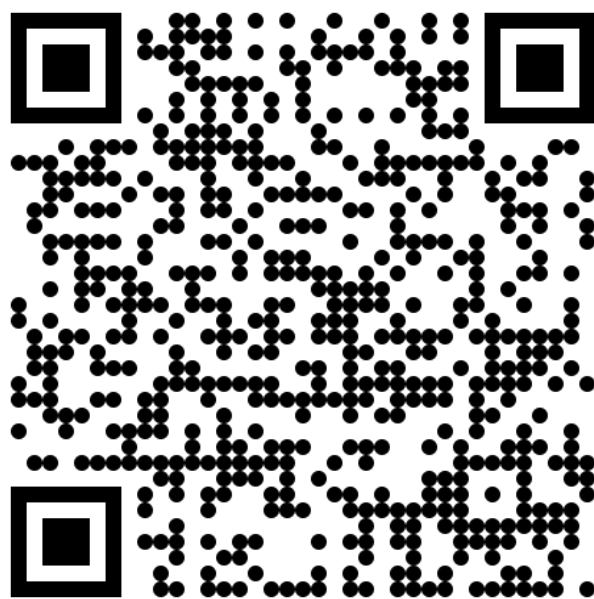
Reuters Connect. (2026, 22 de septiembre). Delcy Rodríguez meets with Guterres in New York ahead of meeting with Trump [Video]. <https://www.reutersconnect.com/item/delcy-rodriguez-meets-with-guterres-in-new-york-ahead-of-meeting-with-trump/dGFnOnJIdXRlcnMuY29tLDlwMjY6bmV3c21sX09XTFRBQ0Q2SkIwR1EyTDNGUjFwWjFQVUNEUpLWjU>

The White House. (2026, 31 de agosto). Fact sheet: President Donald J. Trump announces historic oil agreement to secure American energy dominance and drive Venezuela's economic recovery. <https://www.whitehouse.gov/fact-sheets/2026/08/fact-sheet-president-donald-j-trump-announces-historic-oil-agreement-to-secure-american-energy-dominance-and-drive-venezuelas-economic-recovery/>

Observação: a pesquisa e a análise contidas neste relatório são exclusivas da 3+ Security Colombia. Portanto, recomenda-se não divulgar o documento em questão. A 3+Security Colombia Ltda., reserva-se o direito à interpretação que possa surgir por parte do leitor no exercício de revisão e visualização da informação apresentada.



SECURITY
COLOMBIA



**ESCANEIE E ACESSE OS
EDITORIAIS COMPLETOS.**

Se deseja conhecer mais sobre nossos editoriais,
análises geopolíticas e relatórios de risco, escaneie o
código QR.

A segurança de que o mundo precisa